

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 427 - Brasília, quinta-feira, 20 de março de 1997



Na reunião, Antonio Carlos pediu aos deputados que ofereçam emendas à proposta do Senado, de modo a gerar uma decisão comum

## Jucá questiona recursos para o Projeto Jari

Em requerimento de informações apresentado ontem, o senador Romero Jucá (PFL-RR) deseja saber do ministro da Fazenda, Pedro Malan, se são procedentes notícias veiculadas pela imprensa de que o Tesouro Nacional injetará 40 milhões de dólares para salvar o Projeto Jari. Em caso afirmativo, Jucá pergunta qual será a fonte dos recursos e que medidas estão previstas no sentido de evitar um aumento do déficit público.

Além disso, o senador pede informações sobre quanto o Tesouro Nacional, ou qualquer outro agente financeiro federal, já destinou ao Jari e qual o montante da dívida acumulada pela empresa junto ao Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia. Conforme a notícia que motivou o requerimento do senador, os 40 milhões de dólares referem-se a dívida do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil.



Romero Jucá

## ACM reúne líderes para obter consenso sobre MPs

*Objetivo é levar o governo a editar o menor número de medidas provisórias e dar condições ao Congresso de apreciá-las a tempo*

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, reuniu ontem lideranças partidárias na Câmara e no Senado, bem como os líderes do governo e da oposição, para discutir uma fórmula de consenso visando aprimorar o instituto das medidas provisórias (MPs), em articulação com o próprio Executivo.

Antonio Carlos Magalhães marcou para o período de 10 a 12 de abril a votação, pelo plenário do Senado, da proposta elaborada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) que fixa novas regras para edição e apreciação das MPs. O presidente do Senado espera que os deputados ofereçam emendas à proposição, de modo a gerar uma decisão comum ao Senado e à Câmara.

De acordo com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Con-

gresso, o diálogo entre deputados e senadores, e do Legislativo com o Executivo, em torno das medidas provisórias está avançando na direção de uma regulamentação que permita ao governo editar um menor número de MPs e ao Congresso votá-las mais rapidamente.

Arruda explicou que três pontos concentram as atenções dos parlamentares: o prazo de validade, a abrangência das medidas provisórias e o universo de poderes atualmente concentrados no Legislativo e que seriam devolvidos ao Execu-

vo. Ele explicou que essa devolução de poderes viria corrigir a distorção atualmente vivida pelo país, que tem um regime presidencialista, mas cuja Constituição tem características parlamentaristas.

Com vistas a evoluir na busca de consenso para a proposta de aprimoramento das medidas provisórias, líderes partidários, do governo e da oposição, na Câmara e no Senado, marcaram nova reunião de trabalho para hoje, às 10h, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

## BC pode ser membro do BIS

Os senadores aprovaram ontem em plenário o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais (BIS), referente à adesão do Banco Central,

em nome do governo brasileiro, como membro daquela instituição internacional. O BIS é conhecido como o banco central dos bancos centrais dos países.

## Dia internacional contra o racismo

O plenário do Senado comemora hoje o Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A homenagem será feita na parte da sessão destinada à hora do expediente, e foi requerida pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que será um dos oradores. Também falarão a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romero Jucá (PFL-RR) e Ademar Andrade (PSB-PA).

## Saúde apresenta seu plano de ações

O ministro Carlos César de Albuquerque, da Saúde, apresentará aos parlamentares o Plano de Ações e Metas Prioritárias da Saúde, em solenidade a realizar-se hoje, às 15 horas, no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

# CCJ aprova a criação de Diploma Darcy Ribeiro em favor da educação

*Escolha do agraciado será feita anualmente por conselho composto de cinco membros do Congresso Nacional e pelo seu presidente*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem projeto de resolução de autoria de Sebastião Rocha (PDT-AP), com emendas de Ney Suassuna (PMDB-PB), que cria o "Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro", destinado a prestar homenagem a pessoas físicas ou jurídicas por relevante contribuição à causa da educação nacional. O projeto será submetido agora ao plenário do Senado.

De acordo com a proposição, o diploma será conferido anualmente, em sessão do Congresso Nacional, a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro - data de nascimento do ex-senador Darcy Ribeiro. A escolha do

agraciado será feita por um conselho integrado por cinco membros do Congresso Nacional e pelo seu presidente.

Na justificativa da proposição, Sebastião Rocha destacou as principais realizações de Darcy Ribeiro como educador, antropólogo, escritor e político.

Em seu parecer, o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou que, aprovando o projeto, o Congresso estará dando destaque especial tanto à educação quanto a nomes de pessoas e organizações que merecem projeção nacional pelos relevantes serviços prestados ao setor.

### ATO NULO

A CCJ aprovou também parecer de José Bianco (PFL-RO) pelo indeferimento do pedido do presidente da Re-

pública de ratificação de alienação do imóvel "Fazenda Baía de Pedra", situado no município de Cáceres (MT). Em seu parecer, Bianco informou que o imóvel havia sido incorporado ao patrimônio da União em julho de 1940. Posteriormente, a União alienou à firma L. Pinto de Arruda e Cia. Ltda. uma área maior, de 15.337 ha, em setembro de 1951, ultrapassando o limite constitucional vigente à época, de 10 mil ha.

### SERVIDORES

Na mesma sessão, a comissão iniciou o debate sobre projeto de decreto legislativo apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) com o objetivo de sustar decreto do Executivo que prevê normas sobre greve de servidores públicos.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador Antonio Carlos Magalhães**

**10h** - Preside reunião da Comissão Diretora

**11h45** - Recebe a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), acompanhada da sra. Lâmia Marouf Hassan

**12h15** - Recebe o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

**14h30** - Preside sessão não deliberativa do Senado

**15h** - Recebe o presidente do Banco Excel Econômico, Ezequiel Nasser, e dirigentes da Cigna Corporation

### PLENÁRIO

**14h30 - Sessão do Senado**

O tempo destinado aos oradoras da Hora do Expediente será dedicado à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

### COMISSÕES

**9h - CPI dos Precatórios**

**Pauta:** Reunião reservada. Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**

**Pauta:** Apreciação das seguintes matérias: \*PLC nº 106/96 (terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 6.404/76 (que dispõe sobre as sociedades por ações) e da Lei nº 6.385/76 (que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários); \*Mensagem nº 74/97 (não terminativo), do presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal Para contratar operação de crédito externo, destinada ao financiamento do projeto de duplicação da Rodovia São Paulo - Curitiba - Florianópolis; e \*PLS nº 198/95 (não terminativo), que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h - Comissão temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia**

**Pauta:** Exposição, sobre o Projeto Caboco, do presidente da Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio Ambiente, Washington de Sou-

za; do biólogo da Universidade de Uberlândia, Warwick Kerr; e da antropóloga da PUC do estado de São Paulo, Lúcia Rangel. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator das comissões mistas destinadas a examinar e emitir parecer sobre as seguintes medidas provisórias:**

**10h - MP nº 1534-3/97**, que dispõe sobre funções gratificadas das instituições federais de ensino superior. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**11h - MP nº 1539-29/97**, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**12h - Comissão de Educação**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui, nos currículos do ensino fundamental e médio, conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre como defender-se de violência sexual; \*PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e \*PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

**Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator das comissões mistas destinadas a examinar e emitir parecer sobre as seguintes medidas provisórias:**

**15h - MP nº 1543-20/97**, que dispõe sobre cargos e funções gratificadas nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**16h - MP nº 1555-8/97**, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**16h - MP nº 1558-5/97**, que altera diretrizes na elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 96 e 97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# OAB admite o efeito vinculante

*Secretário-geral atribui à administração pública a principal responsabilidade pelo congestionamento de ações no Supremo, em razão do grande número de recursos que impetra*

O secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro, disse ontem que a instituição admite o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), desde que restrito às matérias de natureza tributária e previdenciária, nos termos da emenda apresentada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) à proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre o assunto.

Reginaldo de Castro foi o primeiro convidado da série de debates que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), está promovendo com o objetivo de esclarecer melhor os senadores em relação às consequências da adoção do sistema proposto.

O representante da OAB explicou que a administração pública é a principal responsável



Castro (E) foi o primeiro a debater na CCJ, presidida por Cabral, proposta de emenda de Ronaldo

pelo congestionamento verificado no STF, em razão do grande número de recursos que impetra, "ilicitamente", provocando a procrastinação de ações do seu interesse. Ele reiterou que a posição da OAB em relação às demais ações continua contrária à adoção de

súmulas vinculantes.

Reginaldo Oscar de Castro disse que a posição da OAB se deve ao fato de estar incluída, entre as mudanças propostas, a possibilidade de sanções a juizes de instâncias inferiores que não acompanharem as decisões do Supremo. Ele se re-

feriu especificamente a proposta de emenda constitucional oriunda da Câmara dos Deputados, afirmando que tais punições prejudicariam a individualidade, a criatividade e a autoridade daqueles juizes, provocando o "engessamento" da Justiça.

## Senadores acreditam que proposta ampliará ação da Justiça

No primeiro debate programado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), realizado ontem pela manhã, a maioria dos senadores presentes concordaram que a proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) deverá melhorar a ação da Justiça no país.

A Reginaldo Oscar de Castro, secretário-geral da OAB, Ronaldo Cunha Lima disse existirem outros fundamentos básicos para justificar sua proposição, além do descongestionamento dos tribunais superiores. Segundo

ele, a medida uniformizará as decisões judiciais nas diversas instâncias e promoverá o acesso do povo às instâncias superiores, "que hoje são restritas somente a quem tem recursos materiais".

O relator da matéria, senador Jefferson Peres (PSDB-AM), disse que a proposta do Senado não pune juizes que não se alinham às decisões do STF. "Nada impede que sejam

impetrados recursos com o objetivo de modificar a decisão de um ministro", frisou. Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou o pragmatismo da OAB,

"que, apesar de reconhecer as dificuldades do Judiciário, não avança na sua posição contrária ao efeito vinculante", mas elogiou o representante da OAB quando este apoiou a

emenda do senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Por sua vez, Iris Rezende (PMDB-GO) elogiou a oportunidade de o Senado debater o tema com um representante da

OAB "com as virtudes de Reginaldo Oscar de Castro" e pregou a necessidade da reforma judiciária e da atualização do Código de Processo Civil. Josaphat Marinho (PFL-BA)

disse que a PEC tem como finalidade "obstar o excesso de processos" e ressaltou que a moderação do Supremo é uma garantia de que não haverá "riscos de abuso no uso do instrumento".

Participaram ainda do debate os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Freire (PPS-PE), Hugo Napoleão (PFL-PI), Regina Assumpção (PTB-MG) e José Fogaça (PMDB-RS). O presidente da comissão, Bernardo Cabral, confirmou as presenças do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, do presidente do STF, Sepúlveda Pertence, e do advogado Evandro Lins e Silva para as próximas reuniões.

**Jefferson  
assegura que  
emenda de  
Ronaldo não  
pune juizes**

## CPI DOS PRECATÓRIOS

# Punição para o uso ilegal de recursos

*Relator Roberto Requião proporrá à Mesa que governos de estados e municípios sob investigação comprovem em 30 dias que dinheiro obtido com títulos teve destinação regular*

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou ontem que apresentará à Mesa do Senado projeto de resolução determinando que os governos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas e Pernambuco e as prefeituras dos municípios de São Paulo, Campinas, Osasco e Guarulhos terão 30 dias para comprovar que os recursos obtidos por meio de emissões de títulos públicos foram efetivamente utilizados no pagamento de precatórios. A não-comprovação implicará o imediato resgate do total de títulos emitidos.

Para o relator da CPI dos Precatórios, estados e municípios que utilizaram as emissões para outros fins que não o pagamento de precatórios



Roberto Requião

não podem ser premiados continuando a dispor daqueles recursos.

Conforme o projeto, a comprovação deve ser feita com um dos seguintes documentos: cópia do recibo de pagamento de cada um dos precatórios judiciais liquidados, autenticada pelo Tribunal de Justiça respectivo; ou certidão do Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Contas informando o número, beneficiário, data e valor de cada um dos precatórios pagos.

## Relatores deverão ser convidados para esclarecimento

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) anunciou ontem que a CPI dos Precatórios deverá chamar para esclarecimentos os dez senadores que relataram projetos autorizando estados e municípios a emitir títulos para pagamento de precatórios.

Em reunião secreta, conforme relato do senador, a comissão entendeu que essa é a melhor forma de esclarecer como esses relatórios foram elaborados. Os assessores que trabalharam nesses projetos também serão chamados a prestar esclarecimentos.

Relator da CPI, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao sair da reunião, também informou que a decisão já era esperada.

A proposição estabelece que, em caso de não comprovação, ou comprovação parcial, os títulos emitidos deverão ser integral ou em parte resgatados pelo valor de aquisição pago pelos compradores finais. Se os governos estaduais e municipais, em parecer conclusivo da Secretaria do Tesouro Nacional, não tiverem capacidade financeira para o resgate, poderão submeter ao Senado pedido de parcelamento em 18 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Conforme o projeto de resolução a ser submetido à apreciação do Senado, o montante parcelado para resgate dos títulos não poderá ser objeto de rolagem ou de inclusão em qualquer programa de refinanciamento de dívidas estaduais ou municipais.

## Repercussão ajuda no combate à impunidade, constata Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a investigação que vem sendo realizada pelos membros da CPI dos Precatórios, com a colaboração do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal, representa um fato novo na política e poderá surtir importantes efeitos no combate à impunidade.

"Podemos caminhar para uma espécie de Operação Mãos Limpas", afirmou. A única preocupação do senador é com a possibilidade de ser fixado um prazo final para encerramento da CPI dos Precatórios sem que ela tenha levado seu trabalho a cabo, como aconteceu com a CPI do Orçamento. Segundo Simon, pressionados pelo tempo, os par-



Pedro Simon

lamentares decidiram então limitar-se a tratar da participação de deputados e senadores e deixar as investigações sobre os corruptores para outra CPI.

Para Simon, além do trabalho coordenado entre Legislativo, órgãos do Executivo e Judiciário, outro diferencial da CPI em relação às anteriores está na repercussão "impressionante" que ela está tendo junto à opinião pública devido às transmissões diretas da TV Senado.

## TV Nacional vai transmitir debate amanhã

A TV e a Rádio Nacional também irão transmitir o debate promovido pelo Senado Federal com o objetivo de esclarecer a população sobre os trabalhos desenvolvidos na CPI dos Precatórios. Os sinais de áudio e vídeo estarão disponíveis para as mais de cem emissoras de tevê e rádio que compõem a Rede Educativa, liderada pela Radiobrás. O programa, produzido pela TV Senado e Rádio Senado, será apresentado amanhã, a partir de 21 horas. Os senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito estarão nos estúdios respondendo às perguntas que os espectadores encaminharem pelo telefone 0800-612211. O Senado estará recebendo, também, perguntas enviadas pelo fax (061) 311-1067.

## Lauro critica a redução do número de fiscais tributários

Depois de fazer elogios à CPI dos Precatórios, o senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou ontem que "a política neoliberal do governo" dá preferência "ao engurgitamento do número de fiscais", num país onde uma investigação sobre "simples precatórios" tem apontado irregularidades em transações "que poucos têm condições de entender".

## CPI DOS PRECATÓRIOS

# Coordenador de operação tem sigilo quebrado

*Ele foi apontado pelo diretor do Maxi-Divisa como o responsável pela negociação dos títulos de Alagoas. Kleinübing acredita que a partir daí o esquema foi estendido a outros estados*

A CPI dos Precatórios aprovou ontem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Marcos Vinícius Boaventura Guimarães, apontado em depoimento prestado ontem de manhã, à comissão, pelo diretor do banco Maxi-Divisa, Genival de Almeida Santos Filho, como o coordenador de toda a operação de lançamento de títulos públicos para pagamento de precatórios do governo de Alagoas.

Genival Santos também negou a veracidade de informações dadas à CPI por Luís Calábria, sócio da corretora Perfil, e pelo ex-secretário de Finanças da prefeitura de Goiânia Cairo Antônio Vieira Peixoto. O diretor assegurou que o Maxi-Divisa não montou a operação de Alagoas com a corretora Tradetronic, como disse Calábria, nem ofereceu seus serviços a funcionários da prefeitura goiana, conforme declarou Cairo Peixoto.

Na presidência dos trabalhos, Geraldo Melo (PSDB-RN) determinou que o Maxi-Divisa encaminhe à CPI, entre outras, informações referentes a: balanços de 1994, 1995 e 1996; balancetes mensais posteriores ao último balanço geral; além de informações relativas a fiscalização por parte do Banco Central.

Em seu depoimento, Genival Santos disse que Marcos Vinícius Guimarães, cunhado de Galdino Alvim, trabalhou como autônomo para o Maxi-Divisa, ao qual propôs a operação de emissão de títulos do governo de Alagoas. Os diretores do Maxi-Divisa, segundo o depoente, achavam que



Galdino de Farias Neto (D) foi um dos depoentes de ontem na comissão

tudo estava correto. Ele afirmou que foram "surpreendidos" quando estourou o escândalo que resultou na criação da CPI.

Genival negou qualquer relação do banco com Wagner Ramos, com outros ex-funcionários da prefeitura de São Paulo e com o governo de Alagoas. "Os contatos em Alagoas eram do Marcos Vinícius", assegurou. Disse que, também por indicação de Marcos Vinícius, as corretoras Perfil e Mercado foram subcontratadas, mas pagas diretamente pelo governo alagoano.

O Maxi-Divisa recebeu em pagamento um total de 2.879 milhões de Letras Financeiras

do Tesouro do Estado de Alagoas, também diretamente do governo. Vendidas no mercado, elas renderam R\$ 2,643 milhões.

Para Wilson Kleinübing (PFL-SC), a operação de lançamento de títulos públicos de Alagoas foi a base para estender o mesmo esquema a outros estados, envolvendo as mesmas pessoas e instituições financeiras. Para Genival Santos, no entanto, o Maxi-Divisa só participou da operação de Alagoas cedendo infra-estrutura física e de pessoal a Marcos Vinícius Guimarães e operando na compra e venda de parte dos títulos emitidos para pagamento de precatórios.

## Sócio do Maxi-Divisa diz que desconhece atuação do Vektor

Durou menos de meia hora o depoimento prestado ontem à CPI dos Precatórios por Galdino de Farias Alvim Neto, sócio do banco Maxi-Divisa. Operador dos títulos emitidos em 1995 em Alagoas, ele afirmou que teve dificuldade para colocar esses papéis no mercado e sustentou que não sabe como o negócio sobre emissão de títulos para o pagamento de precatórios passou do Maxi-Divisa para o comando do banco Vektor.

Atuando como relator, Wilson Kleinübing (PFL-SC) afirmou que a forma de pagamento em títulos feito ao banco Maxi-Divisa pelo governo de Alagoas deveria ter sido aplicada por todos os governos que venderam títulos para pagamento de precatórios. Romeu Tuma (PFL-SP) indagou se, ao perder o negócio da venda desses títulos, Galdino sabia que esse pacote estava indo para o Vektor. "Desconheço, senador", foi sua resposta. Tuma está convencido de que o corretor Marcos Vinícius Guimarães, ligado ao dono do banco Vektor, foi quem fez a interligação.

## Beneficiários de cheques sob investigação

Reunida para acarear Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, com Ronaldo Ganon, sócio do banco Vektor, a CPI dos Precatórios decidiu na madrugada de ontem quebrar o sigilo telefônico e bancário dos beneficiários dos cheques emitidos pelas empresas

Tradetronic Eletrônica, SMJT Assessoria Empresarial e Ianes Participações. Decidiu também autorizar a Polícia Federal a investigar a existência desses beneficiários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Com a decisão, a CPI atendeu a requerimento do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), o qual desejava

também que essas pessoas sejam localizadas e ouvidas sobre as razões que as levaram a receber os cheques dessas empresas. Também de madrugada, a comissão aprovou requerimento de Requião determinando auditoria do Banco Central no banco Boa Vista, a fim de conhecer suas operações com o banco Vektor.

# Valadares: TCU tem dúvida sobre Sivam

*Senador informa que tribunal irá requisitar especialistas para esclarecer contratos e mudanças de preços e de equipamentos no projeto de vigilância da Amazônia*

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ontem ao plenário que o Tribunal de Contas da União decidiu requisitar de órgãos governamentais, ou até mesmo contratar, especialistas para ajudar o TCU a elucidar as mudanças de



Valadares

equipamentos e de preços feitas pela Raytheon, empresa norte-americana fornecedora de equipamentos para o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). O TCU está fazendo nova auditoria sobre os contratos e as mudanças no Sivam.

Valadares leu trechos da declaração de voto feita pelo ministro Fernando Gonçalves, do TCU, onde ele afirma que a Comissão Coordenadora do Sivam forneceu explicações "conceituais" satisfatórias, mas o tribunal não tem condições técnicas para julgar a exatidão dos números apresentados. Por isso, decidiu recorrer

a especialistas, pois o custo final do Sivam pulou de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 2,8 bilhões, embora o número de radares tenha caído de 14 para apenas sete.

Valadares leu também trechos do voto do ministro Carlos Átila, do TCU, "colocando sob suspeita a idoneidade do processo de escolha".

## Ademir denuncia desvio de verba do leite em Altamira



Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem a ocorrência, em Altamira (PA), de desvio de verba do programa "Leite é Saúde", do governo federal. Segundo carta do Conselho Municipal de Saúde lida por ele, no dia 30 de dezembro do ano passado, Sebastião Zortea, secretário de Saúde do município, sacou R\$ 139 mil da conta do programa e depositou valor igual, na mesma data, na conta da sogra do então prefeito Maurício Bastazini.

Segundo o senador, Zortea havia sido nomeado para o cargo nesse mesmo dia 30 de dezembro, ou seja, 48 horas antes do término do mandato de Bastazini. Esse fato, segundo Ademir, faz muitos acreditarem que o único objetivo da nomeação foi o "de botar a mão no dinheiro do leite".

Ademir relatou que um juiz da cidade determinou o seqüestro judicial do dinheiro, mas a juíza Helena Frag, de outra comarca, concedeu liminar em favor da acusada, "sem qualquer fundamentação jurídica e sem apresentar motivos".

## Alcântara apóia programa Reforma Agrária Solidária

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem o governador do Ceará, Tasso Jereissati, pela implantação do Projeto São José, que tem como principal ponto o programa Reforma Agrária Solidária, "uma alternativa de redistribuição de terras, pacífica, descentralizada e de baixo custo".

Pelo programa, a terra é negociada diretamente entre os proprietários e as comunidades, permitindo aos trabalhadores rurais barganhar preços muito abaixo dos atualmente praticados no modelo de desapropria-

ção. Segundo Alcântara, devido aos bons resultados do programa, o Banco Mundial considerou-o "revolucionário", podendo ser adaptado a outros países.

Em apertes, Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu a criação dos conselhos municipais de reforma agrária. Valmir Campelo (PTB-DF) disse que o projeto serve de exemplo para os outros estados. Humberto Lucena (PMDB-PB) afirmou que o governo deve fazer uma reforma agrária "séria e democrática".



Lúcio Alcântara

## Andrade Vieira registra alegria por "apoio tardio"

O senador José Eduardo de Andrade Vieira (PTB-PR) afirmou ontem que, ao contrário do que afirma manifesto do "Grito da Terra Brasil" (GTB), o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) foi uma concepção do governo Fernando Henrique levada à frente por ele, senador, quando ministro da



Andrade Vieira

Agricultura. - Mesmo que tardiamente, manifesto minha alegria pelo apoio dado pelo GTB ao Pronaf - disse.

Segundo o senador, o programa foi criado para atender ao pleito de todos os agricultores brasileiros e não apenas dos que são representados pelas entidades do GTB.

## Suplicy destaca Deolinda e a atuação do MST



Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a presença na tribuna de honra do Senado de Deolinda Alves de Souza, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e de Miriam de Oliveira, membro do movimento, recentemente ferida em conflito ocorrido na Fazenda São Domingos, no Pontal do Paranapanema. Ele destacou o fato de o MST ter recebido o Prêmio Rei Balduino, da Bélgica, pela luta que vem desenvolvendo.

Conforme o senador, Deolinda, que é mulher do líder dos sem-terra José Rainha Júnior, veio a Brasília, junto com outros representantes do MST, para depor na Comissão de Política Externa da Câmara sobre a violência no campo e os meios de superá-la. Segundo informou, hoje essa comissão ouvirá o ministro Raul Jungmann e fazendeiros.

Eduardo Suplicy apelou ao proprietário da Fazenda São Domingos para que faça um acordo que solucione os conflitos em suas terras, "apesar das pressões em contrário que vem recebendo dos membros da UDR".

# ACM debate jornada de trabalho com sindicalistas

*Senador também recebe documento com reivindicações de entidades rurais e manifesta apoio à agilização da reforma agrária*

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem, aos sindicalistas Vicente Paulo da Silva, da CUT, e Francisco Urbano, da Contag, posição favorável à discussão das propostas de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e também da aposentadoria por tempo de serviço.



Antonio Carlos Magalhães recebe os presidentes da Contag (E) e da CUT

O senador recebeu pela manhã os sindicalistas, que lideravam um grupo de representantes de entidades rurais, que vieram a Brasília trazer um documento com a pauta de reivindicações do movimento "Grito da Terra Brasil".

Antonio Carlos trocou idéias com o grupo, em torno de temas como o esforço para acelerar a solução dos problemas agrários e o projeto de reforma da Previdência Social, e fez questão de deixar claro que apóia a agilização da reforma agrária - "dentro da lei" - e que é contra a UDR (União Democrática Ruralista).

Os dirigentes trabalhistas pediram o apoio do senador para a concentração que o movimento "Grito da Terra" está programando para Brasília, no mês de maio. Antonio Carlos disse que receberia com satisfação, no Salão Negro da Casa, um grupo de integrantes do movimento, para ouvir suas reivindicações e dar-lhes oportunidade de conhecer as posições e opiniões do Senado em torno dessas questões.

A manifestação prevista para o gramado do Congresso também foi liberada, mas "sem acampamento", frisou o presidente do Senado.

## Ministro pede que se vote logo o projeto do petróleo

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem pediu apoio para uma rápida tramitação, na Casa, do projeto de lei que regulamenta a emenda constitucional sobre a flexibilização do monopólio do petróleo. A proposta ainda se encontra na Câmara, mas o senador prometeu apoiar as gestões para agilizar a votação da matéria.



Brito despede-se de Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães recebeu também a visita do ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, que veio convidá-lo para a abertura de mais uma edição do Fórum Nacional, realizada anualmente, no Rio.

## Governador norte-americano visita o presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o governador do estado norte-americano de Wisconsin, Tommy Thompson, que estava acompanhado do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Thompson é o líder de uma coligação de 22 governadores norte-americanos, interessados



O governador de Wisconsin com ACM

em desenvolver um programa de produção de álcool a partir de cereais, como o milho.

## Campos defende a casa própria como prioridade social

O senador Júlio Campos (PFL-MT) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa incluir a compra da casa própria nas prioridades do seu programa de desenvolvimento social, garantindo às famílias de classe média brasileira o acesso a financiamentos.



Campos

Para o senador, o Programa Carta de Crédito, lançado pela Caixa Econômica Federal (CEF) no ano passado, não cumpriu suas finalidades e pode ter representado uma concorrência desleal para com as demais entidades financeiras do país, com o estímulo oferecido à transferência, para a CEF, dos recursos de milhares de pessoas interessadas em pleitear uma carta de crédito.

O senador acha que a Caixa Econômica Federal, se não dispunha dos recursos anunciados no lançamento do programa, "incorreu em propaganda enganosa para com os milhares de brasileiros. Isso é coisa que instituições sérias não fazem".

Para ele, a classe média brasileira, "no atual cenário financeiro e salarial, não pode aventurar-se a arcar com o peso dos encargos financeiros de uma dívida com juros remuneratórios de 12% ao ano, acrescida da famosa e maldadada TR".

Júlio Campos considera "um erro de extrema gravidade abrir a perspectiva de um financiamento, por intermédio da Caixa Econômica, e depois fechá-la".

Entende o senador pelo Mato Grosso que a medida é o tipo de decisão que provoca, nas famílias interessadas, uma frustração muito grande, ao ver desmanchar-se o sonho da casa própria.

# Governos ignoram propostas da Eco-92, alerta Benedita

*Segundo a senadora, Conferência Rio+5 reacende debate sobre a necessidade de maior consciência ecológica nas políticas públicas*

Ao referir-se à realização da Conferência Rio+5, no Rio de Janeiro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a maioria dos governos em todo o mundo "continua ignorando a consciência ecológica como política pública".

Segundo a senadora, as propostas e sugestões da Eco-92 não foram seguidas pelos governos. A seu ver, iniciativas nesse sentido são implementadas fundamentalmente pelas Organizações Não Governamentais (Ongs) e por movimentos ecológicos.

- A realização da Rio+5

reacendeu o debate sobre esse assunto e retoma a cobrança de mais consciência ecológica para os poderes públicos. A busca de um desenvolvimento sustentado é um desafio para todos, mas cabe aos governos o passo decisivo nessa direção - afirmou.

No estado do Rio de Janeiro, conforme a senadora, pouca coisa mudou em relação à melhoria do meio ambiente. Ela disse que o resultado desse descafo foi a eliminação da cidade do Rio de Janeiro na



Benedita

disputa para sediar as Olimpíadas de 2004. "A qualidade do meio ambiente da cidade foi um dos principais motivos de nossa desclassificação", insistiu.

Em aparte, o senador Coutinho Jorge (PSDB-

PA) disse temer que as decisões tomadas pelos países de todo o mundo na Eco-92 e, agora, na Rio+5 sejam apenas um somatório de intenções, e destacou a necessidade de implantação de uma política ambiental para a Amazônia.



Sebastião Rocha

## Fundação Darcy Ribeiro ganha hoje pedra fundamental

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ontem ao plenário que será lançada hoje, na Universidade de Brasília, a pedra fundamental da sede da Fundação Darcy Ribeiro, chamada Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e "apelidada de Beijódromo pelo próprio Darcy Ribeiro". A fundação abrigará 30 mil volumes do acervo do antropólogo, além de peças de arte e objetos indígenas.

Sebastião Rocha informou que o projeto de sua autoria que institui o Prêmio Nacional Darcy Ribeiro foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele explicou que os senadores da CCJ decidiram trocar o nome "Prêmio" para "Diploma", o qual será conferido anualmente, em sessão especial do Congresso Nacional, a pessoa que tenha oferecido contribuição relevante para a educação brasileira.

## Coutinho aplaude diálogo com a Europa

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) destacou ontem a proposta de se realizar uma reunião de cúpula, no final de 1998, entre os chefes de Estado e de governo da América



Coutinho Jorge

Latina e da Europa, feita pelo presidente da França, Jacques Chirac, quando de sua visita ao Brasil. Na opinião do senador, "se for concreti-

zada, essa reunião só trará benefícios ao Mercosul e à União Européia".

Segundo o senador, a visita do presidente francês ofereceu "uma boa oportunidade" para o Brasil se iniciar nas negociações sobre o protecionismo europeu, e em especial o francês, em relação aos produtos agrícolas. Ele informou que ficou acertada a

realização de uma conferência franco-brasileira no final deste ano, para discutir a questão.

Coutinho Jorge acredita que providências como essas são indispensáveis para o estabelecimento de um diálogo aberto entre os dois países. "Devemos unir esforços em prol de um crescimento econômico sustentado com justa distribuição de renda", disse.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E LUCÍDIO PORTELLA E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Lider que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
**- Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado:** José do Carmo Andrade

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação:** Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy

**Revisão:** Lindolfo Amaral e Fernando Varela

**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**